



**NIESADT
UNIVASF**

ANO 1 - Nº 11
15 de junho de 2026

TERRITÓRIOS EM FOCO

O boletim informativo oficial do NIESADT | Projeto Plansanear

AUTOR (A):

Bruna Érica Rodrigues - Eng^o Civil

Rafaella de Moura Medeiros - Eng^a Civil



**Diagnóstico técnico-participativo:
saneamento também se mede escutando
o território**

RESUMO

Os diagnósticos técnico-participativos ampliam a compreensão sobre as condições reais do saneamento ao combinar dados técnicos, análise territorial e escuta da população.

Essa abordagem permite identificar problemas que nem sempre aparecem nos indicadores oficiais, como falhas no abastecimento, descarte inadequado de resíduos e dificuldades de acesso aos serviços.

O caso de Canudos-BA demonstra como a participação social contribui para diagnósticos mais precisos e para a construção de Planos Municipais de Saneamento Básico mais conectados às necessidades locais.

Diagnósticos participativos ampliam a compreensão sobre cobertura, qualidade dos serviços e demandas locais de saneamento

Nem todos os problemas do saneamento aparecem nos indicadores, relatórios ou sistemas de informação. Em muitos municípios, compreender as dificuldades relacionadas ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário, ao manejo de resíduos sólidos e à drenagem urbana exige algo que nenhuma base de dados consegue fornecer sozinha: a escuta do território.

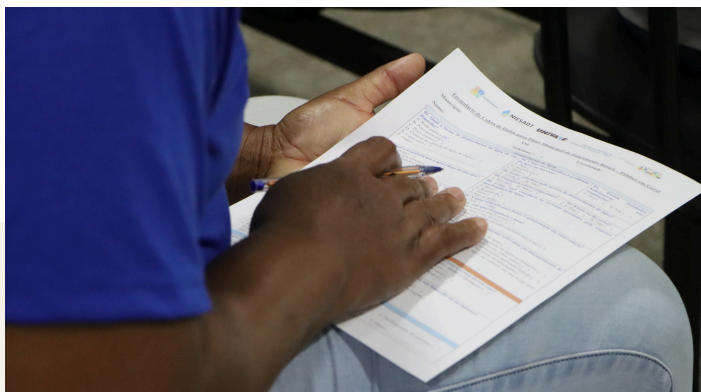
Por isso, a implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) demanda mais do que a análise de documentos, indicadores e bases oficiais. Esses instrumentos são indispensáveis, mas não conseguem, isoladamente, traduzir toda a complexidade dos territórios e o que acontece diariamente nas sedes municipais, distritos, povoados e comunidades rurais. Os sistemas de informação podem apresentar lacunas relevantes, como dados desatualizados, soluções alternativas não registradas e demandas sociais que nem sempre aparecem com clareza nos registros oficiais.

Nesse contexto, o diagnóstico técnico-participativo torna-se uma etapa estratégica para transformar o PMSB em um instrumento efetivamente conectado à realidade local. Essa abordagem combina leitura técnica, análise documental, coleta de dados primários, uso de ferramentas digitais e escuta qualificada de gestores, técnicos, conselhos, prestadores de serviços, lideranças comunitárias e população. A combinação desses elementos permite compreender não apenas a existência formal dos serviços, mas também sua qualidade, regularidade, cobertura efetiva, dificuldades de operação e a capacidade municipal de implementar as ações planejadas.



A contribuição da participação social para diagnósticos mais precisos e efetivos

Estudos recentes sobre planejamento e governança do saneamento reforçam a necessidade de aproximar os PMSBs da realidade dos territórios. Ao analisar o desenvolvimento e a implementação desses instrumentos, Leite *et al.*, (2024) identificam que fatores como insuficiência de pessoal técnico, limitações financeiras, baixa participação pública e fragilidades na organização das informações comprometem sua efetividade. De forma complementar, Rosa, Teixeira e Hora (2023) destacam que as metodologias participativas são fundamentais para a promoção do saneamento, especialmente em comunidades rurais, quilombolas, indígenas e entre outros povos e comunidades tradicionais, pois favorecem a sensibilização para questões socioambientais, estimulam a reflexão crítica e ampliam o envolvimento da população nos processos de planejamento.



ESTRATÉGIAS

1. Utilização de metodologias participativas de diagnóstico:

Incorporar ferramentas como Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), mapeamento comunitário e dinâmicas coletivas que facilitem a identificação de problemas, potencialidades e soluções locais.

2. Monitoramento contínuo das demandas territoriais:

Estabelecer mecanismos permanentes de escuta da população para acompanhar mudanças nas condições dos serviços e subsidiar a atualização dos planos municipais de saneamento.

3. Integração entre dados técnicos e conhecimento local:

Articular informações provenientes de sistemas oficiais, levantamentos técnicos e relatos da população, permitindo uma compreensão mais ampla das condições de saneamento.

Canudos-BA constitui um município de referência no âmbito do Projeto PlanSanear, desenvolvido entre as ações do NIESADT. A experiência local tem permitido aplicar, avaliar e aperfeiçoar metodologias de diagnóstico e participação social voltadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, contribuindo para a construção de estratégias que possam ser adaptadas e replicadas em outros territórios.

Essa abordagem foi aplicada, de forma concreta, durante a elaboração do Produto C – Diagnóstico Técnico-Participativo do PMSB. A participação social não se limitou ao cumprimento de uma etapa formal, mas integrou efetivamente o levantamento das condições de saneamento do município. Para isso, foram utilizados o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP e o “Jogo do Diagnóstico x Prognóstico”, no qual os participantes foram organizados em grupos relacionados aos diferentes componentes do saneamento básico.

A participação social permitiu identificar aspectos que dificilmente seriam compreendidos apenas por indicadores gerais. Na Sede Municipal, embora o abastecimento de água seja predominantemente realizado pela rede pública, moradores relataram problemas relacionados à cor, ao odor e ao sabor da água, além de interrupções frequentes no fornecimento. Em áreas como Casas Populares e Povoado 150, foram mencionados intervalos de até quinze dias entre os abastecimentos.

A escuta da população também revelou percepções sobre tarifas consideradas injustas, dificuldades de acesso à tarifa social, ausência de reservatórios domiciliares e impactos causados por interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Ao serem cruzadas com informações técnicas da Embasa, como manobras operacionais, intermitência associada ao equilíbrio hidráulico do sistema e limitações nos sistemas elevatórios, essas percepções contribuíram para um diagnóstico mais preciso e abrangente.

Nos demais componentes do saneamento, a população apontou problemas como descarte inadequado de resíduos, queima de lixo, acúmulo de resíduos da construção civil, ausência de coleta seletiva, uso de fossas rudimentares, lançamento de águas servidas em quintais ou a céu aberto, alagamentos e carência de drenagem. Na área rural, também foram identificadas rejeição à água fornecida por carro-pipa, conflitos pelo uso da água e desvios ao longo das adutoras para irrigação.

A integração entre dados técnicos, escuta social e conhecimento institucional é essencial para que o diagnóstico reflita a realidade do município. Enquanto os dados permitem identificar padrões, déficits, coberturas, indicadores de saúde e aspectos operacionais dos serviços, a escuta do território revela situações que nem sempre aparecem nos registros oficiais, como intermitência no abastecimento, descarte irregular de resíduos, pontos recorrentes de alagamento, soluções improvisadas e dificuldades de acesso aos serviços. Da mesma forma, gestores e técnicos municipais contribuem ao evidenciar limitações administrativas, financeiras, operacionais e documentais que interferem diretamente na implementação do PMSB, incluindo dificuldades de licenciamento, baixa capacidade técnica, fragilidades institucionais e obstáculos à captação de recursos.

Mais do que registrar demandas, o processo participativo qualifica a leitura técnica do saneamento municipal e amplia a compreensão dos fatores que condicionam a implementação do PMSB. Ao articular dados, percepção social e contribuições da gestão local, o diagnóstico deixa de ser uma etapa meramente descritiva e passa a orientar decisões, definir prioridades e aproximar o planejamento das condições reais de gestão e operação dos serviços.

Fortalecer o diagnóstico técnico-participativo significa construir uma base mais consistente para a implementação dos PMSBs. Quando a escuta territorial é incorporada ao processo de planejamento, o saneamento deixa de ser compreendido apenas como infraestrutura e passa a ser tratado como uma política pública construída a partir das realidades locais, da capacidade institucional dos municípios e da participação social. É nesse encontro entre conhecimento técnico e experiência cotidiana que o planejamento ganha legitimidade, efetividade e maior potencial de transformar a realidade dos territórios.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:
Anderson Miranda de Souza

Edição e Conteúdo:
Milenna Alves dos Santos

Edição Textual:
Caline Moura
Rafaella de Moura Medeiros

Marketing e Divulgação:
João Victor Ferreira

Diagramação:
Ana Luiza Miranda

Apoio Institucional:
Universidade Federal do Vale
do São Francisco/Plansanear

REFERÊNCIAS

LEITE, F. F. P.; ALVES, L. S. F.; COSTA, F. R.; BARBOSA, J. R. A. Diagnóstico situacional do planejamento em saneamento básico no Alto Oeste Potiguar. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 26, e202435pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/6PH9Jzx7FycSXpvDPtMmH9z/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2026.

ROSA, M. N.; TEIXEIRA, D.; HORA, K. E. R. Ações participativas em saneamento rural: bases conceituais e diretrizes metodológicas. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 32, n. 2, e201040pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/TQ5MWTttSPFGHC6QdzMMtC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 1 jun. 2026.